

Médio Oriente

Ser árabe significa...

George Joffé

A crise no Médio Oriente trouxe de volta o velho paradigma do "Mundo Árabe". Se é tentador pensar que se trata apenas de um rótulo sem conteúdo, convém ir mais além e analisar a complexidade da partilha de atributos culturais, linguísticos e religiosos que representa ser "árabe".

Com a sucessão interminável de miséria, raiva e violência que tem povoado as notícias nos últimos 50 anos, acostumámo-nos à ideia de que só existem realmente dois protagonistas no Médio Oriente – Israel e o Mundo Árabe. É certo que, durante um curto período, nos anos 90, também ouvimos falar dos palestinianos, mas agora que a crise se aprofunda, o velho paradigma do “Mundo Árabe” está outra vez cada vez mais na moda. Na realidade, no entanto, é importante questionar se, fora dos parâmetros do conflito israelo-árabe, esse conceito monolítico não é simplesmente uma reificação artificial do próprio conflito, se não é simplesmente atribuído à região pelo mundo exterior, ou se corresponde a algo mais, que tem as suas raízes numa experiência histórica e cultural partilhada e, se for esse o caso, até que ponto é o modo dominante de identidade e expressão para as centenas de milhões de indivíduos que o compõem? É um conceito racial, cultural ou político e, para aqueles que encaixam nesta rubrica, existem outras auto-definições, tão ou mais importantes? É uma circunstância contingente, aplicável nalgumas ocasiões mas irrelevante noutras? E até que ponto, nas terríveis condições políticas e económicas que hoje existem no Médio Oriente e no Norte de África, condiciona a percepção e as respostas individuais e colectivas?

Com a nossa apetência pela categorização, é fácil ignorar o termo, considerando-o simplesmente como um rótulo. Encaixa perfeitamente nas exigências dos média, pois, numa frase, invoca todo um mundo, cada vez mais povoado pela nossas fantasias sobre o que representa, particularmente no contexto da actual crise do Médio Oriente. Quer seja a Al-Qaida ou um bombista suicida, a imagem é instrumentalizada e extremada, não nos encorajando a procurar o que está por trás dela, a descobrir uma mundo muito mais complexo e subtil no qual os problemas e as aspirações se parecem em tanto com os

nossos. Esquecemos frequentemente que o verdadeiro catalisador para a crise que o “Mundo Árabe” enfrenta foram mil anos de intolerância e violência europeias e que a delicadeza com que os Estados europeus e a União Europeia agora enfrentam os problemas da região reflecte esse legado tanto como a enorme dificuldade de encontrar soluções viáveis e equitativas perante a parcialidade americana.

Mas o termo também tem um significado independente, quanto mais não seja ao reflectir o colonialismo europeu na região. Foi a Grã-Bretanha, afinal, que, em 1945, encorajou a criação de uma das instituições típicas do “Mundo Árabe”, a Liga dos Estados Árabes. Para Londres, este seria um mecanismo através do qual a hegemonia britânica manteria a sua expressão sobre um conjunto de Estados Árabes nominalmente independentes, perpetuando assim a tradição de domínio indirecto, quasi-imperial, que remonta ao século XVIII, quando o país “adoptou” o Império Otomano. É certo que acabou por não funcionar assim; a Grã-Bretanha perdeu o controlo do Canal do Suez em 1956 e já tinha visto ameaçada a sua hegemonia sobre o Golfo cinco anos antes, quando Mossadegh nacionalizou o petróleo iraniano e os Estados Unidos se tornaram a potência hegemónica da região. Em 1968, quando a Grã-Bretanha anunciou a sua decisão de se retirar do “leste do Suez”, a Liga Árabe já se tinha transformado num veículo para o nacionalismo árabe, tinha criado a Organização de Libertação da Palestina – e perdido o seu controlo para a Fatah de Yasser Arafat –, e tinha visto o declínio acelerado do nacionalismo, com o surgimento das novas doutrinas do islamismo político.

E, no entanto, o nacionalismo árabe, produto, em primeiro lugar, da realidade do domínio Otomano e, em segundo, da experiência colonial no Levante, fortemente estimulado pela criação do Estado de Israel e pelos sonhos egípcios de supremacia regional, foi um factor real de definição do que era ser árabe para os milhões das emergentes classes profissionais dos Estados da região. Na sua variante egípcia, era uma expressão de domínio e homogeneidade cultural cristalizada numa doutrina política – a ideia de que a partilha da linguagem e da cultura requeria também a partilha da expressão política. Na sequência da revolução egípcia de 1952, foi encarnado na personalidade de Gamel Abdel Nasser – e os desaires de Nasser passaram a ser os desaires dos árabes. Assim, o colapso da União Egípcio-Síria de 1958 e a calamidade da guerra de 1967 contra Israel significou que, depois da sua morte, em 1970, só restou a Líbia como posto avançado destas aspirações, finalmente abandonadas nos anos 90, em protesto pela incapacidade Árabe em as apoiar

contra as Nações Unidas, com a África a substituir o Mundo Árabe enquanto paradigma de uma visão política mais abrangente do que o Estado nação.

O nasserismo não foi a única versão do nacionalismo árabe, pois foi antecedido pelo Ba'ath, que parte na memória do esplendor medieval árabe e no califado muçulmano, para uma visão secular do sucesso árabe, independentemente das crenças religiosas. Provou ser mais duradoura do que o nasserismo, mas unicamente à custa de uma transformação degenerativa numa forma viciada de legitimação da repressão estatal na Síria e no Iraque. Talvez o holismo da visão política do nacionalismo árabe não fosse capaz de evitar tal desfecho, pois dificilmente tolerava a diferença regional e cultural, e transformou-se no veículo ideal para a legitimação dos Estados neo-patrimoniais do Mundo Árabe que, apesar da sua longevidade – em parte, provavelmente, por causa da interminável luta com Israel – se destacam pela exploração repressiva das populações que governam.

De qualquer modo, existe outro lado do ser-se “Árabe”, que nada tem a ver com esta visão política, mesmo que tenha sido invariavelmente instrumentalizada, nas últimas cinco décadas, para a apoiar. No Médio Oriente, particularmente, e menos no Norte de África, a língua franca diária é uma experiência partilhada, assim como o são outros atributos de expressão associadas à linguagem. A língua é, assim, um poderoso factor de expressão de uma identidade instintiva comum, tal como a cultura a ela associada. O Norte de África tem estado, de certa forma, isolado desta experiência comum porque as suas variantes do árabe falado estão mais profundamente infiltradas por outras linguagens indígenas, tal como o tamazight, o grupo de línguas berberes, ainda muito usadas em toda a região. Com o crescimento da literacia, impulsionado pela imprensa escrita, a rádio e a televisão, cresce também o sentimento de partilha, mesmo se as implicações políticas estão ausentes. A religião também tem sido um poderoso acompanhante da identidade cultural, quanto mais não seja porque o Árabe é a linguagem do Alcorão – de tal forma que, para o coronel Kadhafi, mesmo os cristãos palestinianos teriam que ser muçulmanos, porque eram Árabes!. E, como é óbvio, os acontecimentos no Médio Oriente, em parte fruto da arrogante indiferença dos Estados Unidos, com a União Europeia a tentar apanhar o barco, despertaram um sentimento comum e partilhado de raiva que dá um novo conteúdo político a essa experiência cultural e linguística.

Por trás desta identidades partilhadas, no entanto, existem grandes diferenças. Uma das consequências dos últimos 50 anos tem sido o reforço dos sentimentos de identidade

nacional, em paralelo com a partilha de atributos culturais, linguísticos e religiosos. Os Estados e os seus governos têm reforçado, de forma consciente, estes desenvolvimentos, pois eles formam um elemento essencial da legitimidade e da sobrevivência nacionais. Mas as múltiplas etnias da região, especialmente os Berberes e os Curdos, resistem à absorção numa massa cultural homogénea e única. E o vasto mapa religioso, particularmente no Médio Oriente, onde o Cristianismo, o Islamismo – nas suas muitas variantes, incluindo os Sunitas, os Xiitas, os Drusos ou os Alauítas – ombreiam com os Mandeanos, os Zoroastrianos e mesmo com comunidades judaicas indígenas, faz com que o holismo simplista que deriva da visão política do “Árabe” ou do Mundo Árabe deturpe a sua complexa vitalidade, mesmo quando confrontados com a profunda crise política que atravessa, em resultado dos preconceitos e da insensibilidade de potências externas.